
PROGRAMA CIDADE SEGURA

2024

ALAGOAS

PROGRAMA CIDADE SEGURA

INTRODUÇÃO

O presente Programa sistêmico tem a finalidade de reduzir a violência nas cidades alagoanas, com foco na cidade turística de Maceió, atendendo um clamor da população do Estado, tornando a capital mais segura do Brasil.

Alagoas tem segundo maior número de roubos e furtos de celulares do Brasil, um crescimento de 48,8% entre 2018 e 2021, conforme o 16º Anuário de Segurança Pública, do Fórum de Segurança.

Apesar da redução dos crimes observados nos últimos anos, Alagoas registrou 61.024 assaltos de 2017 a setembro de 2021, 35.013 aconteceram em Maceió, o que representa 57,38% do total, conforme pesquisa da Agência Tatu, baseada em dados da Secretaria de Segurança Pública de Alagoas.

Esses altos índices afugentam investimentos, empreendedores, o turismo e melhores perspectivas de desenvolvimento. A afirmativa se comprova com a análise comparativa dos índices de violência de Gramado, Punta del Este e Nova Iorque, cidades que antes de receber vultosos investimentos empreendedores e no turismo, resolveram os problemas de segurança.

Os principais programas comunitários desenvolvidos nos E.U.A foram: “Tolerância Zero, em Nova York que reduziu em 75% os crimes violentos entre 1993 e 2005.

O fato de ter vencido a violência fez a cidade já pujante alcançar outro patamar de desenvolvimento, acumular ano após ano o aumento de turistas e crescimento econômico, longe das comparações históricas e econômicas com Maceió, também uma cidade turística, **Nova York** tem 778,17 km² de área seca (Maceió: 509,3 km²) e terminou 2022 com **56,4 milhões de visitantes**. Desse total, **8,9 milhões foram de turistas estrangeiros**, entre os quais os brasileiros ocuparam a **quarta posição**, chegando a **520 mil pessoas**.

Não muito distante, Punta del Este, no Uruguai possui os mesmos 40km de orla de Maceió, embora menos de 20 mil habitantes, contudo, recebe anualmente aproximadamente 800.000 turistas. O Uruguai é considerado o país mais seguro da América do Sul, de acordo com o Índice Global da Paz.

No Brasil, com mais de 200 eventos anuais, a região de Gramado é considerada uma das regiões turísticas mais seguras do Brasil. A cidade em 2022 recebeu 9.907.933 visitas, com a entrada de 2.575.682 veículos no município, de acordo com a EGR. Gramado tem uma população de apenas 36.555 habitantes e 239,3 km², cujo PIB Per Capita é de **R\$ 55.322,94**. Novamente a segurança pública foi fator determinante para alavancar o desenvolvimento da

região. Em 2004, a região implantou um policiamento mais comunitário, através da instalação do 1º Batalhão de Policiamento em Áreas Turísticas (1º BPAT).

O que essas cidades primaram para alcançar o nível de desenvolvimento hoje usufruído? A segurança pública e índices reduzidos de violência, o que proporcionou altos investimentos, empreendimentos e visitas de turistas, gerando empregos e renda para população.

Toda Alagoas com 27.848,140 km² recebeu 2,2 milhões de turistas durante todo o ano de 2022. O que é muito pouco para todo o seu potencial. O que se quer mostrar é a capacidade do desenvolvimento ligado a segurança, responsável por trazer empresas, investimentos, turistas e desenvolvimento para as cidades.

O que se almeja com esse trabalho é tornar Maceió, a capital mais segura do país e com isso proporcionar um desenvolvimento extraordinário jamais visto, dobrando o seu PIB (R\$ 22,8 bilhões/2020/IBGE) em até 10 anos, com crescimento anual de 10%, igualmente o PIB/Per Capita atual de R\$ 22.307,05. Uma breve comparação, Gramado possui um PIB Per Capita de R\$ 55.322,94.

EIXOS

São 3 eixos principais adotados para contribuir na redução da violência em Maceió e nas cidades do Estado, com base em estratégias que já foram implementadas em outras cidades e países com sucesso:

1 – PREVENÇÃO AO CRIME: Um dos eixos principais do programa de segurança apresentado é a prevenção ao crime, o que pode ser alcançado através de várias ações, incluindo:

- Investimentos em programas sociais e educacionais que visam reduzir a vulnerabilidade de jovens em situação de risco social, como o ensino técnico-profissionalizante, esporte e cultura, além de ampliação do acesso a creches e escolas em tempo integral. No referido programa damos exemplos de como podem ser implementados.
- Melhoria da iluminação pública e manutenção de espaços públicos, como praças e parques, para aumentar a presença de pessoas e reduzir o risco de atividades criminosas nesses locais.
- Ações de conscientização para a população em geral, com campanhas de prevenção ao uso de drogas, violência doméstica, abuso infantil, na escola, dentre outros temas relevantes.

2 – REPRESSÃO AO CRIME: O segundo eixo principal de um plano de segurança em Maceió deve ser a repressão ao crime, o qual daremos exemplos no decorrer do plano, que pode ser alcançada através de ações como:

- Aumento do policiamento nas ruas e operações policiais para combater o tráfico de drogas e outros crimes.
- Investimentos em tecnologias de vigilância, como câmeras de segurança e sistemas de reconhecimento facial, para melhorar a capacidade da polícia em monitorar e prevenir atividades criminosas.
- Fortalecimento das unidades de investigação policial, com equipamentos e capacitação dos profissionais envolvidos.

3 – FORTALECIMENTO DA JUSTIÇA CRIMINAL: O terceiro eixo principal de um plano de segurança em Maceió deve ser o fortalecimento da Justiça Criminal, que pode ser alcançado através de ações como:

- Investimentos em equipamentos e infraestrutura dos órgãos de segurança, como delegacias e institutos de perícia, para aprimorar as investigações e solução dos crimes.
- Aperfeiçoamento da legislação e do sistema de Justiça Criminal, para garantir que os criminosos sejam efetivamente responsabilizados pelos seus atos.
- Apoio a projetos de reintegração social para os presos, visando diminuir a reincidência criminal e promover a ressocialização dos indivíduos.

Esses eixos serão melhores explicados abaixo e são importantes para uma abordagem integral da segurança pública em Maceió e nas cidades onde forem implantados. O sucesso de um programa de segurança depende da implementação coordenada dessas estratégias. Além disso, é importante que a comunidade seja envolvida no processo, através de fóruns e conselhos de segurança, para garantir que as soluções sejam adequadas e sustentáveis no longo prazo.

EIXO 1 – PREVENÇÃO AO CRIME

Investimentos em programas sociais e educacionais: Para reduzir a violência em Maceió e nas cidades do Estado, é importante investir em programas sociais e educacionais que visam reduzir a vulnerabilidade de jovens em situação de risco social. Algumas ações nesse sentido incluem:

Ensino técnico-profissionalizante: Oferecer cursos técnicos e profissionalizantes pode ser uma forma de capacitar os jovens para o mercado de trabalho, reduzindo a probabilidade de envolvimento com atividades criminosas. Um exemplo de sucesso é o programa "Jovem Aprendiz", que oferece cursos gratuitos e prática profissional em empresas conveniadas.

PROGRAMA “JOVEM +APRENDIZ

Em Alagoas 37,2% dos jovens de 15 a 29 anos não estudavam e nem trabalhavam (2018), estão em alta vulnerabilidade para o ingresso na criminalidade. A falta de experiência profissional é uma barreira para 77% dos jovens brasileiros, e o programa Jovem Aprendiz (Lei Federal Lei 10.097/2000) surge como uma oportunidade para que esses jovens de 14 a 24 anos não tenham esse problema. É preciso lembrar que após o aprendizado, 60% dos aprendizes são efetivados no emprego, conforme estudo do MPT. Os jovens em Alagoas, segundo o IBGE representam aproximadamente 18% da população.

Meta: Alcançar pelo menos 23 mil jovens aprendizes nos próximos 4 anos em Alagoas, adquirindo experiência profissional em empresas, no Governo do Estado (Lei 8.269/2020, Lei 8.280/2020 e Lei 8287/2020, aprovadas pela Assembleia Legislativa) e Prefeituras, num grande esforço coletivo. Realizar parceria com as 102 prefeituras para que disponibilizem de 2% a 5% da mão de obra empregada no serviço público municipal por jovens aprendizes e que essas aprovelem incentivos fiscais no âmbito municipal, a exemplo do aprovado no Estado para que empresas sediadas no município tenham redução tributária (ISS e IPTU) desde que aloquem jovens aprendizes, nos termos da Lei Federal 10.097/2000.

PROGRAMA “CIDADE em FORMA”

Esporte e cultura: Investir em atividades esportivas e culturais é uma forma de proporcionar um ambiente seguro e saudável para os jovens, incentivando a convivência em grupo e reduzindo o risco de envolvimento com atividades criminosas. Um exemplo é o programa "Segundo Tempo", do Governo Federal que oferece atividades esportivas gratuitas para crianças e jovens em situação de vulnerabilidade. No Rio de Janeiro, a prefeitura também desenvolve um programa voltado para atividades esportivas.

Nesse sentido, o Governo do Estado poderá desenvolver o seu próprio programa, com ou sem convênio com o Governo Federal. O desenvolvimento do Programa “Cidade em Forma”, com a constituição inicial de 200 núcleos de práticas esportivas para atividades em escolas públicas e espaços públicos atenderão 42.000 beneficiários anualmente, se tornando o maior programa esportivo já realizado em Alagoas.

Cada núcleo é composto de 1 professor e 1 monitor acadêmico para atendimento das faixas etárias de 6 a 11 anos; 12 a 17 anos, acima de 18 anos e terceira idade. Cada núcleo atenderá 210 beneficiários, em 6 turmas de 35 beneficiários em atividades esportivas 3 vezes por semana. O Programa “Cidade em Forma”;

Exemplo:

Horário	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex
08:00 – 09h	A	E	A	E	A
09h – 10h	F	F	B	F	B
10h – 11h	E	B	C	C	Programação
11h – 12h	D	C	D	D	Programação

PROGRAMA ALAGOAS EM FORMA							
AÇÕES	Qtde	Descrição	Valor Unitário	Encargos 60%	Custo RH Mensal	Meses do Ano	Custo Total
Núcleos	1						
Beneficiários	210						
Uniformes	210	Kit (2 camisas + 2 Bermudas + Boné)					R\$ 21.000
Material Esportivo	1	Recursos para compra de material					R\$ 20.000
Recursos Humanos	1	Coordenador	CEDIDO PELA ENTIDADE				
	1	Professor	R\$2.640	R\$1.584	R\$4.224	12	50.688
	1	Acadêmico	R\$1.320	-	R\$1.320	12	15.840
Total RH	3	Subtotal de Recursos Humanos					R\$66.528
Total Geral							R\$107.528

Outras ações sugeridas:

- **Ampliação do acesso a creches e escolas em tempo integral:** Oferecer mais oportunidades de educação para as crianças e jovens em situação de vulnerabilidade pode ser uma forma de reduzir o risco de envolvimento com atividades criminosas. Um exemplo de sucesso é a implementação de escolas em tempo integral, como ocorreu em Pernambuco, que resultou em uma redução

significativa da evasão escolar e do envolvimento de jovens em atividades criminosas.

- **Melhoria da iluminação pública e manutenção de espaços públicos:** Uma outra forma de prevenir a violência em Maceió é investir na melhoria da iluminação pública e na manutenção de espaços públicos, como praças e parques. Algumas ações nesse sentido incluem:
 - ✓ Melhoria da iluminação pública: A melhoria da iluminação pública em áreas vulneráveis pode reduzir a probabilidade de atividades criminosas nessas áreas, tornando-as mais seguras para a população em geral. Um exemplo de sucesso é a implantação do projeto "Ilumina Recife", que resultou na instalação de mais de 80 mil lâmpadas de LED na cidade.
 - ✓ Manutenção de espaços públicos: A manutenção de espaços públicos, como praças e parques, pode incentivar a convivência em grupo e reduzir o risco de atividades criminosas nesses locais. Um exemplo é o programa "Praça Amiga da Criança", que busca transformar praças em locais seguros e adequados para o lazer infantil.

PROGRAMA “DIGA NÃO ÀS DROGAS E VIOLÊNCIA”

Trata-se do maior programa de conscientização para prevenção às drogas e violência, através de ações de conscientização de alunos, seus familiares e da comunidade. É importante investir em ações de conscientização para a população em geral, com campanhas de prevenção ao uso de drogas, violência doméstica, abuso infantil, dentre outros temas relevantes. Algumas ações nesse sentido incluem:

Campanhas de prevenção ao uso de drogas e violência: Realizar campanhas de conscientização sobre os perigos das drogas pode reduzir o consumo dessas substâncias e, conseqüentemente, a redução de crimes relacionados ao tráfico e uso de drogas. Além disso, as campanhas de prevenção à violência doméstica, nas escolas, entre jovens e prevenção ao abuso infantil. Existem no Brasil alguns exemplos dessas campanhas "Diga não às drogas", de prevenção às drogas; "Não é Não" que busca conscientizar a população sobre o assédio sexual; e a "Faça Bonito" que busca prevenir e combater o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Nesse sentido, junto a Secretaria de Educação desenvolver um programa permanente de conscientização “DIGA NÃO ÀS DROGAS E VIOLÊNCIA” para atender toda rede de ensino e familiares com palestras e ações para prevenir esses crimes.

Capacitação de 930 Multiplicadores (educação ou segurança) do Programa “DIGA NÃO ÀS DROGAS E VIOLÊNCIA NA ESCOLA” em curso de capacitação fornecido por Universidade conveniada habilitada no MEC e detentora de experiência na formação de instrutores e

profissionais educadores na prevenção à violência para atender a toda rede de ensino estadual e das prefeituras conveniadas, de modo que todos os 166.808 alunos matriculados na rede estadual e seus familiares sejam impactados, totalizando um público de 500.424 pessoas, ou seja, 1/6 da população alagoana.

Após a conclusão do curso, a Secretaria de Educação e cada diretor das 310 unidades educacionais do Estado estabelecerão um cronograma mensal de palestras e atividades preventivas, sendo no mínimo 1 por semana por turno para pelo menos 35 alunos e familiares, atingindo 21.700 beneficiários impactados por semana;

CURSO DE HABILITAÇÃO DE MULTIPLICADORES NA PREVENÇÃO ÀS DROGAS E VIOLÊNCIA			
Quantidade	Custo Unitário	Total	Duração da Formação
930	R\$3.100	R\$ 2.883.000	4 meses

CONFECÇÃO DE 1 MILHÃO DE FOLDERS		
Quantidade	Custo Unitário	Custo Total
1.000.000	R\$ 0,2466	R\$ 246.600,00

PROGRAMA “JOVEM DO AMANHÃ”

Preparação e capacitação dos alunos da rede estadual de ensino para o pré-vestibular, disputar vagas em concursos e o empreendedorismo, na modalidade on-line, tornando-se o maior programa de capacitação de jovens para o progresso de suas vidas:

CURSO PREPARATÓRIO PRÉ-VESTIBULAR, CONCURSO E EMPREENDEDORISMO PARA ALUNOS DO 2º E 3º ANO DO ENSINO MÉDIO DA REDE ESTADUAL				
Quantidade	Alunos	Custo Mensal	Total Anual	Duração do Curso
Todos alunos do 2º e 3º ano do EM	10.000	R\$ 30	R\$ 3.6000.000	12 meses

EIXO 2 – REPRESSÃO AO CRIME

O segundo eixo principal desse plano de segurança é a repressão ao crime, que pode ser alcançada através de ações como:

- Aumento do policiamento nas ruas e operações policiais para combater o tráfico de drogas e outros crimes (CISCs).
- Investimentos em tecnologias de vigilância, como câmeras de segurança e sistemas de reconhecimento facial, para melhorar a capacidade da polícia em monitorar e prevenir atividades criminosas (Centro de Controle Operacional da Capital - CECOC).
- Fortalecimento das unidades de investigação policial, com equipamentos e capacitação dos profissionais envolvidos.

O detalhamento dos itens citados acima se encontram em anexo ao presente programa.

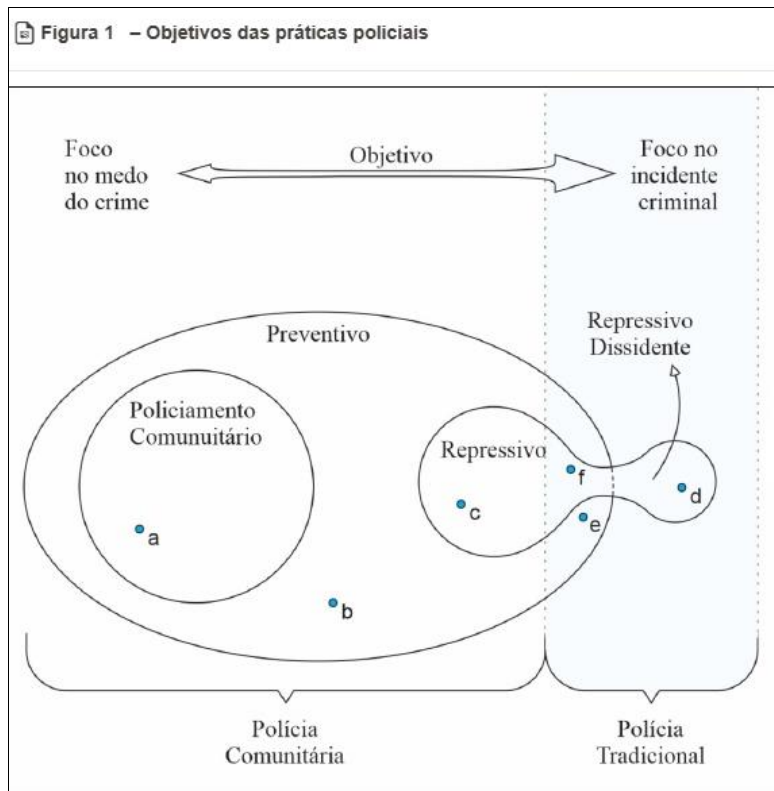
No que diz respeito ao Policiamento nas ruas e operações policiais para combater o crime, além do reforço do modelo tradicional já existente, o policiamento comunitário (CISCs) vem somar enquanto uma estratégia de parceria entre a sociedade e os órgãos de segurança pública no combate a criminalidade. Trata-se de uma premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas relacionados à segurança pública.

CENTROS INTEGRADOS DE SEGURANÇA COMUNITÁRIA – (CISC)

Algumas ações para o projeto de policiamento comunitário que atuará reforçando o modelo tradicional, tornando-se a fase 2 do programa já adotado, de maior aproximação da polícia com a sociedade, prevenção e solução mais rápida dos diferentes crimes:

- Criar e estruturar um sistema estadual de policiamento comunitário, a começar por Maceió, tornando-se um próximo passo na política de segurança pública como uma das prioridades da gestão.

Esse sistema deve incluir curso de capacitação dos policiais para atuar como gestores de polícia comunitária, em Universidade credenciada, a integração das informações e das ações entre as diferentes instituições policiais e a avaliação dos resultados alcançados.



Na [Figura 1](#), as práticas policiais foram dispostas em seis grupos, quanto aos seus objetivos. Esses grupos são exemplificados pelas seguintes práticas: (ponto a) reuniões comunitárias executadas pelos policiais; (ponto b) patrulhamentos ostensivos realizados, com fins preventivos, por meio do contato comunitário; (ponto c) atendimento emergencial de uma ocorrência policial, visando prevenir crimes por meio da persecução penal, da recuperação social do infrator e do auxílio à vítima; (ponto d) atendimento de uma ocorrência policial de alta periculosidade e extrema complexidade, essencialmente repressivo, como quando a captura do criminoso e/ou restauração da ordem pública torna-se objetivo primal; (ponto e) patrulhamentos ostensivos em locais de grande movimento de pessoas, com fim de dissuadir infratores, sem realizar a interação comunitária; (ponto f) atendimento de uma ocorrência policial, que visa prevenir futuras infrações por meio, apenas, da autuação do infrator ou do encarceramento do criminoso.

- **23 Centros Integrados de Segurança Comunitária – CISC:**

O programa começa em Maceió e se estenderá a toda região metropolitana e regiões do Estado. A implantação de bases de polícia comunitária em áreas estratégicas da cidade inspirados nos exemplos dos EUA, adotados a partir de 1992 com os fatos havidos em Los Angeles, em virtude da excessiva violência, com destaque para Nova Iorque, o governo Bill Clinton, destinou recursos anuais da ordem de US\$ 8 bilhões, voltados ao treinamento, tecnologia e aproximação da comunidade, no programa chamado de Policiamento Comunitário. Criou um organismo denominado COPS – Community Oriented Police Services, vinculado ao Departamento de Justiça, com a missão de reformular as polícias estaduais e municipais, introduzindo programas comunitários, motivando a participação do cidadão e estimulando a valorização do serviço policial.

Os principais programas comunitários desenvolvidos nos E.U.A foram: a. “Tolerância Zero, em Nova York que reduziu em 75% os crimes violentos entre 1993 e 2005.

O fato de ter vencido a violência fez a cidade já pujante alcançar outro nível, acumular ano após ano o aumento de turistas e crescimento econômico, longe das comparações históricas e econômicas com Maceió, também uma cidade turística, **Nova York** tem 778,17 km² de área seca (Maceió: 509,3 km²) e terminou 2022 com **56,4 milhões de visitantes**. Desse total, **8,9 milhões foram de turistas estrangeiros**, entre os quais os brasileiros ocuparam a **quarta posição**, chegando a **520 mil pessoas**.

Não muito distante, Punta del Este, no Uruguai com 20,3km² de território e menos de 20 mil habitantes recebe anualmente aproximadamente 800.000 turistas. No Brasil temos Gramado que em 2022 recebeu 9.907.933 visitas, com a entrada de 2.575.682 veículos na cidade, de acordo com a EGR, tendo uma população de apenas 36.555 habitantes e 239,3 km². O que essas cidades sempre primaram? A segurança pública e índices reduzidos de violência, o que proporcionou altos investimentos, empreendimentos e turismo. Toda Alagoas com 27.848,140 km² recebeu 2,2 milhões de turistas durante todo o ano de 2022. O que se quer mostrar é a capacidade do desenvolvimento ligado a segurança, responsável por trazer empresas, investimentos, turistas e desenvolvimento para as cidades.

Também foram pesquisados os bem sucedidos modelos de polícia comunitárias, o japonês de Koban e dos Quadrantes dos Carabineros do Chile, Uruguai, na Inglaterra, Espanha, Canadá e exemplos no Brasil em São Paulo, Minas Gerais, Amapá e Rio Grande do Sul, que merecem ser adaptados à realidade local. Além de todo conteúdo em Diretrizes, Manuais e Programas adotados pelo Governo brasileiro.

No caso de Maceió, a capital alagoana contará com a construção de 23 Centros Integrados de Segurança Comunitária (CISC), 3 (três) em cada AISP – Área Integrada de Segurança Pública da Capital, em áreas estratégicas, conforme demonstrado abaixo.

Presenciamos nos últimos anos, o esforço dos profissionais da segurança pública e do Governo local para reduzir a violência no Estado, inclusive com a implantação do CISP, Força Tarefa e Ronda no Bairro, programas idealizados ainda em 2014, entregues ao então Governador eleito por membros da segurança pública de Alagoas. O presente programa vem reforçar o policiamento tradicional já adotado.

Sugerimos conforme análise dos índices de violência nos bairros pesquisados da capital, a instalação das primeiras 23 unidades do CISC em Maceió em até 4 anos, sendo 3 em cada AISP, devido a sua Área Territorial: 509,320 km² e População: 960.667 pessoas [Censo: 2022], cuja densidade demográfica é de 1887 habitantes para cada km². O total empregado de até 2208 policiais comunitários em novos concursos ou realocações.

Trata-se do maior programa de polícia de proximidade já adotado no Estado para dar maior sensação de segurança, presença preventiva e repressiva a criminalidade. Cada unidade com pelo menos 24 policiais (PM e PC) alocados diuturnamente, sendo 1 equipe (4) fixa, e 4 a 5 equipes de rondas ostensivas com 4 policiais cada em turnos de 24 horas x 72 horas. Cada equipe deve se responsabilizar prioritariamente por um raio de 3km, conforme estudo. O total de policiais empregados em cada unidade até 96 policiais comunitários integrados.

PRIMEIROS 23 BAIRROS A SEREM CONTEMPLADOS EM 4 ANOS COM BASES DO CISC:

1º AISP (Jatiúca, Poço e Ipioca); 2º AISP (Vergel do Lago/Ponta Grossa, Trapiche da Barra/Prado e Levada/Centro), 3º AISP (Farol, Gruta de Lourdes), 4º AISP (Petrópolis, Santa Amélia e Chã da Jaqueira), 5º AISP (Feitosa, Jacintinho e Serraria), 6º (Benedito Bentes I, Benedito Bentes II e Antares), 7º AISP (Cidade Universitária e Santos Dumont) e 8º AISP (Tabuleiro do Martins, Clima Bom e Santa Lúcia)

PROGRAMA “VIZINHANÇA PROTEGIDA”

Trata-se de uma Rede de Proteção da Vizinhança (RPV). É o mecanismo de contato direto dos policiais participantes do programa Cidade Segura com a população e da comunidade de moradores, vizinhos de uma rua e bairro entre si para proteção e alerta mútuo contra crimes. A estratégia contemplará todos os bairros da cidade via whatsapp, alerta de pânico, apitos, além do monitoramento eletrônico, através do Centro de Controle Operacional da Capital, conforme anexo. As Redes de Proteção da Vizinhança seguem os exemplos bem sucedidos adotados nos EUA, Austrália, Inglaterra, São Paulo, Londrina, Urberlândia/MG e outras cidades.

- Deve-se realizar ações sociais como meio de aproximação comunitária, tais como palestras, oficinas, campanhas educativas, atividades culturais e esportivas, entre outras. Essas ações devem ter como objetivo promover a conscientização da população sobre sua responsabilidade social na segurança pública, bem como fortalecer os vínculos entre os policiais e os cidadãos. Essas ações devem ocorrer por um determinado período, conforme a dinâmica operacional de cada instituição, e ter sua continuidade preferencialmente empreendida por voluntários oriundos da comunidade.
- Reforçar os Conselhos Comunitários já existentes, regidos pelo Decreto Estadual 21.454 de 2012, Estimular a participação da comunidade na definição das prioridades e das soluções para os problemas de segurança pública, por meio de mecanismos como conselhos comunitários, fóruns locais, audiências públicas, pesquisas de opinião, entre outros. Esses mecanismos devem possibilitar que os moradores expressem suas necessidades, expectativas e sugestões em relação ao policiamento comunitário, bem como que fiscalizem e avaliem as ações realizadas. Os policiais devem ouvir e considerar as demandas da comunidade, buscando atendê-las da melhor forma possível.

EIXO 3

FORTALECIMENTO DA JUSTIÇA CRIMINAL

Embora a especificidade do Programa vise a implantação de políticas públicas referentes ao Eixo 1 e 2, o terceiro eixo principal do programa de segurança deve ser o fortalecimento da Justiça Criminal, que pode ser alcançado através de ações como:

- Investimentos em equipamentos e infraestrutura dos órgãos de segurança, como delegacias e institutos de perícia, para aprimorar as investigações e solução dos crimes.
- Aperfeiçoamento da legislação e do sistema de Justiça Criminal, para garantir que os criminosos sejam efetivamente responsabilizados pelos seus atos.
- Apoio a projetos de reintegração social para os presos, visando diminuir a reincidência criminal e promover a ressocialização dos indivíduos.

Cada um desses eixos do Programa CIDADE SEGURA é importante para uma abordagem integral da segurança pública em Maceió, nas demais cidades da região metropolitana e interior, e o sucesso do programa depende da implementação coordenada dessas estratégias. Além disso, é importante que a comunidade seja envolvida no processo, através de fóruns e conselhos de segurança, para garantir que as soluções sejam adequadas e sustentáveis no longo prazo.

ESTRUTURA MÍNIMA – CISC

Em uma área de 250 m², preferencialmente de material pré-fabricado em estrutura de aço, podemos propor uma instalação em um prédio que inclua sala de reuniões, alojamentos, vestuário, copa, depósito, recepção e outras dependências. Essa é apenas uma sugestão e pode ser adaptada de acordo com as necessidades específicas.

Sala de Reuniões:

Área: aproximadamente 30 m², com capacidade para acomodar equipes de segurança, representantes da comunidade e parceiros em discussões e planejamento.

Alojamentos:

Área: aproximadamente 30 m², divididos em quartos ou dormitórios para acomodar a equipe de segurança em períodos de trabalho prolongados ou plantões.

Vestuário:

Área: aproximadamente 20 m², destinada a vestiários e banheiros para a equipe de segurança, com chuveiros, armários e áreas de troca de uniformes.

Copa:

Área: aproximadamente 15 m², com uma pequena cozinha equipada para fornecer refeições e lanches para a equipe de segurança.

Depósito:

Área: aproximadamente 20 m², para armazenar equipamentos, suprimentos, materiais de escritório e outros itens necessários para o funcionamento do centro.

Centro de Operações:

Área: aproximadamente 40 m², com células de detenção seguras e adequadas para acomodar temporariamente suspeitos detidos, se houver necessidade.

Recepção:

Área: aproximadamente 25 m², com balcão de atendimento ao público, espaço para registros e triagem inicial.

Banheiros:

Área: aproximadamente 20m²

Além dessas dependências, é importante considerar a inclusão de áreas de circulação, como corredores e escadas, bem como de banheiros adicionais, de acordo com as regulamentações e as necessidades da equipe e do público atendido.

Novamente, ressalto que essa é apenas uma sugestão básica de distribuição das dependências em um prédio com área de 250 m². Recomenda-se consultar profissionais especializados, como arquitetos ou engenheiros, para um projeto personalizado e obter estimativas mais precisas com base nas necessidades específicas da região e nas regulamentações locais.

Justificativa

É inegável o papel da Polícia Comunitária enquanto uma estratégia de segurança pública adotada para redução da criminalidade e que coloca em evidência a parceria entre a população/o público e a polícia. Os pressupostos da Polícia Comunitária estão presentes em todos os Estados brasileiros; também em países da América Latina e nas democracias ao redor do mundo, além de programas do próprio Governo Federal e do Estado de Alagoas.

O entendimento já é comum de que a sociedade civil e suas diversas instituições precisam ser participes da melhoria da segurança. Em Alagoas não deve ser diferente, é preciso aproveitar os esforços já existentes de polícia comunitária e conselhos comunitários para vencer o medo do crime e a violência trazendo mais desenvolvimento.

As práticas internacionais demonstram que a Polícia Comunitária associada ao policiamento tradicional é fator determinante na prevenção criminal e as estatísticas comprovam isso que ao longo das décadas foram reduzidos o número crimes.

O modelo de policiamento comunitário nos EUA, adotado após 1992, em especial em Nova York, o modelo japonês KOBAN é praticado desde 1874 e baseia-se na visualização do policiamento por meio dos postos policiais e, na interligação deste policiamento por meio de patrulhas a pé, em bicicleta, embarcações e veículos motorizados.

No Chile, com os Carabineros (equivalente aos Policiais Militares), os serviços de integração com a comunidade, baseado na confiança mútua, e a rotina de policiamento ostensivo e preventivo em quadrantes têm gerado resultados positivos na redução da criminalidade em todo país, seja nas ações repressivas, preventivas ou sociais exercidas pelos policiais.

A adoção do modelo de Polícia Comunitária em Estados e cidades brasileiras foram bem sucedidas, podemos citar os casos específicos de São Paulo, onde a PMESP foi credenciada em 2008 como polo difusor do Policiamento Comunitário no modelo Japonês; em Minas Gerais, mais especificamente em Uberlândia, uma das maiores cidades do Estado temos um exemplo bem sucedido e já pesquisado; o exemplo do “Território de Paz”, na favela da Maré, no Rio de Janeiro, onde segundo dados oficiais, a criminalidade caiu em 57% após a implantação do programa. Temos também o exemplo do acordo de cooperação do Governo brasileiro com o Japão para a implantação do Policiamento Comunitário em Estados brasileiros.

Algumas Fontes de Pesquisa e Bibliografia:

SciELO - Brasil - O POLICIAMENTO COMUNITÁRIO COMO UMA PRÁTICA SOCIAL E O GERENCIALISMO NA SEGURANÇA PÚBLICA: ANÁLISES DE UMA UNIDADE OPERACIONAL DA POLÍCIA MILITAR O POLICIAMENTO COMUNITÁRIO COMO UMA PRÁTICA SOCIAL E O GERENCIALISMO NA SEGURANÇA PÚBLICA: ANÁLISES DE UMA UNIDADE OPERACIONAL DA POLÍCIA MILITAR

www.bbc.com

[policiamento-comunitario-conceitos-estrategias-e-taticas.pdf \(ufma.br\)](#)

BRODEUR, J-P. Como reconhecer um bom policiamento. São Paulo: EDUSP, 2002 (Série Polícia e Sociedade 4), p.175-196.

CEARÁ, Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social. Projeto Ronda do Quarteirão, 2008.

TOCH, H. and GRANT, D. Community policing and problem-oriented policing. In: Police as problems solvers. 2ed. Washington (USA), 2005, p. 269-291.

ROSENBAUM, D. P. A mudança no papel da polícia: avaliando a transição para policiamento comunitário. In: BRODUER, J-P. Como Reconhecer um bom policiamento. São Paulo: EdUSP, 2002 (Série Polícia e Sociedade; 4).

Projeto de policiamento comunitário do Ministério da Justiça e Segurança Pública recebe nota máxima de consultoria japonesa — Ministério da Justiça e Segurança Pública (www.gov.br)

http://www.dhnet.org.br/dados/manuais/dh/manual_policiamento_comunitario.pdf

<file:///C:/Users/FI%C3%A1vio%20Moreno/Downloads/LIVRO-MULTIPLICADOR-POLICIA-COMUNITRIA.pdf>

<file:///C:/Users/FI%C3%A1vio%20Moreno/Downloads/diretriz.pdf>